

Segunda Reunião Ministerial Angola-União Europeia

Luanda, 19 de Novembro de 2015

Comunicado Conjunto

A República de Angola e a União Europeia (UE) realizaram em Luanda, no dia 19 de Novembro de 2015, a Segunda Reunião Ministerial organizada no âmbito do Caminho Conjunto Angola-UE, um enquadramento para o diálogo e a cooperação, com base em interesses e valores comuns. Esta Reunião Ministerial cobriu domínios que vão desde a Paz e a Segurança, à Boa Governação, Direitos Humanos e Migração, Crescimento Económico e Desenvolvimento Sustentável, Energia, Investigação e Inovação e Alterações Climáticas.

A Reunião Ministerial foi presidida, por parte da República de Angola, por Sua Excelência Dr. **Job Graça**, Ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, e por parte da União Europeia, por Sua Excelência **Jean Asselborn**, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Grão-Ducado do Luxemburgo, em representação de Sua Excelência **Federica Mogherini**, Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

As Partes reiteraram o seu empenho nos objectivos definidos no Documento Caminho Conjunto Angola-UE para aumentar a cooperação nas áreas abaixo indicadas, tendo a UE felicitado Angola pelas recentes comemorações dos seus 40 anos de independência. Angola, por sua vez, aproveitou a oportunidade para endereçar o sentimento de solidariedade do Governo da República de Angola ao Governo da República de França e às famílias enlutadas vítimas do traiçoeiro e cobarde ataque terrorista ocorrido em Paris, na passada sexta-feira, 13 de Novembro de 2015, reafirmando o seu engajamento nos esforços internacionais no combate ao terrorismo internacional e na responsabilização dos seus actores.

PAZ E SEGURANÇA

A UE saudou o trabalho desenvolvido por Angola na qualidade de membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2015/16, na liderança da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos e na Presidência do Processo de Kimberley. A UE congratulou ainda Angola pela sua dedicação aos assuntos regionais africanos e pela sua vontade em desempenhar um papel activo e construtivo nas questões de âmbito global.

As Partes reafirmaram o seu interesse em manter um diálogo mais alargado e profundo no domínio da Paz e da Segurança, e acordaram explorar áreas de cooperação na gestão de crises em África e noutras regiões. A este respeito, a UE toma boa nota do papel desempenhado por Angola como co-facilitador das consultas intergovernamentais sobre a revisão de 2015 da arquitectura de consolidação da paz das Nações Unidas.

As Partes reafirmaram o seu compromisso no sentido de criar as condições para a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável na região dos Grandes Lagos, apoiando o processo de Paz, Segurança e Cooperação para a região dos Grandes Lagos e, em particular, a República Democrática do Congo (RDC), liderado pela União Africana/Nações Unidas.

As Partes manifestaram sérias preocupações com a deterioração da situação de segurança e dos direitos humanos no Burundi. Sublinharam a importância de medidas urgentes para reduzir as tensões no país e a necessidade de um diálogo interno verdadeiramente inclusivo a fim de proporcionar uma solução viável para a crise actual. A UE e Angola estão convencidas de que o processo de mediação da Comunidade da África Oriental, liderado pelo Uganda, a União Africana e as Nações Unidas continua a ser essencial para se encontrar uma solução política pacífica para o Burundi.

Sobre a República Centro-Africana, as Partes afirmaram o seu apoio à realização, antes do final do ano, da primeira ronda das eleições presidenciais e legislativas e condenaram os recentes atos de violência.

No que diz respeito às eleições na região, as Partes concordaram que os processos inclusivos e transparentes, em respeito das disposições constitucionais e em conformidade com a Carta Africana para a democracia, eleições e governação, são a melhor forma de garantir a estabilidade e o desenvolvimento em África.

Tendo em conta os interesses estratégicos de Angola e da UE, as Partes concordaram em continuar a trabalhar em conjunto no domínio da segurança marítima e energética na região. Ambas as Partes sublinharam os resultados da Conferência Internacional sobre Segurança Marítima e Energética organizada pelo Governo de Angola em cooperação com os Governos de Itália e dos Estados Unidos da América, nos dias 8 e 9 de Outubro de 2015 em Luanda.

Angola salientou que a conferência de Luanda registou uma grande evolução na aproximação dos participantes em relação ao Código de Conduta de Yaoundé. Um dos consensos da Declaração foi de que os países africanos deveriam, em primeiro lugar, adoptar este código no seu direito interno, que se manifesta de grande importância para a sua soberania nacional. Este assunto deverá ser analisado na próxima Cimeira da União Africana em Lomé, em 2016.

A UE felicitou Angola pelo ambicioso programa da sua Presidência do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (SCPK) e pelo espírito de unidade que Angola tem promovido no âmbito da colaboração tripartida entre os governos, a indústria e a sociedade civil. Sendo um dos principais países africanos produtores de diamantes, com experiência na exploração mineira artesanal e industrial, a liderança de Angola foi determinante para o levantamento do embargo à exportação de diamantes em bruto provenientes da República Centro-Africana e no apoio à abordagem regional para a implementação do SCPK na África Ocidental.

A União Europeia congratula-se com o empenho de Angola nos Princípios Voluntários em matéria de Segurança e Direitos Humanos, um quadro para a gestão de riscos em matéria de segurança e direitos humanos em centros de extração de diamantes, e felicitou a inclusão destes princípios voluntários nas prioridades da Presidência de Angola no Processo de Kimberley.

As Partes acordaram na importância do SCPK prosseguir esforços no sentido de atingir melhores resultados para as nações e comunidades extractivas de diamantes e na promoção da colaboração do SCPK com organizações externas com competências conexas, tais como o Grupo de Acção Financeira, a Interpol e outros.

BOA GOVERNAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO

As Partes mantiveram uma discussão aberta e franca sobre diversas questões e reafirmaram o seu compromisso com as convenções internacionais por elas ratificadas.

A União Europeia congratulou Angola pela abertura ao diálogo e pelos compromissos recentemente assumidos no quadro da Revisão Periódica Universal. A UE disponibilizou o seu apoio às reformas do país nas áreas de consolidação do Estado de direito, boa governação e direitos constitucionais.

Relativamente à situação dos activistas dos direitos humanos e outros no país, a União Europeia recordou a importância de um exercício efectivo da liberdade de reunião e da liberdade de expressão consagrados na Constituição Angolana e nos instrumentos jurídicos internacionais ratificados por Angola. As Partes reafirmaram, ainda, que o Estado de direito é baseado em processos justos, nos direitos dos arguidos e na proporcionalidade.

A Parte Angolana informou sobre uma Resolução da Assembleia Nacional, aprovada no dia 18 de Novembro de 2015, em resposta à Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação dos direitos humanos em Angola.

Ambas as Partes reiteraram a importância de manter um diálogo regular neste domínio, no quadro do artigo 8.º do Acordo de Cotonou e do Caminho Conjunto.

Considerando que a migração coloca desafios semelhantes para Angola e para a UE, em particular no âmbito da gestão dos fluxos migratórios, as Partes acordaram organizar e manter o diálogo no sentido de reforçar a cooperação neste domínio, incluindo possíveis trocas de experiências e de boas práticas. As conclusões da Cimeira de Valetta podem fornecer um conjunto útil de princípios para orientar esses debates. Os intercâmbios podem também abranger a questão da mobilidade no interior das respectivas regiões. A UE saudou igualmente o interesse de Angola em participar no projecto de cooperação de portos marítimos (SEACOP), bem como em continuar a colaborar com a FRONTEX.

Ainda neste âmbito, as Partes convergiram no interesse de estabelecer parcerias e cooperação nos domínios da gestão de fronteiras, combate à fraude documental, ao tráfico de seres humanos, à imigração irregular, ao contrabando de migrantes, ao crime transnacional organizado, ao branqueamento de capitais, assim como ao terrorismo.

O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A UE congratulou Angola pelo seu recente reforçado empenho na integração da sua economia nos mercados regionais e internacionais. Ambas as partes recordaram a contribuição do Protocolo de Comércio Livre da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Área de Comércio Livre Tripartida e do Acordo de Parceria Económica (APE) UE-SADC para a criação de um quadro propício à promoção do desenvolvimento e comércio e para um crescimento sustentável e inclusivo.

A UE informou Angola sobre os progressos na conclusão do APE com o grupo da SADC e convidou Angola a considerar a possibilidade de aderir a esta iniciativa. Tal como discutido durante a Reunião Ministerial entre a UE e a SADC, a UE tem a intenção de apoiar os

parceiros na implementação do APE e dos seus objectivos regionais, de forma a catalisar o crescimento económico sustentável, a criação de emprego e benefícios mútuos.

A UE reafirmou a vontade de apoiar os esforços do Governo de Angola na promoção da diversificação económica como meio de promover um desenvolvimento mais sustentável, tal como definido na Agenda de Desenvolvimento pós- 2015.

As Partes registam com satisfação que o comércio total entre as suas economias aumentou de 4 mil milhões de euros em 2004 para 16 mil milhões de euros em 2014. Perante a intensificação das relações comerciais, a UE e Angola estão aptas a reagir prontamente a eventuais obstáculos ao comércio que possam surgir. Sublinham que as medidas em matéria de comércio deverão estar em conformidade com as respectivas obrigações no âmbito da Organização Mundial de Comércio e que irão respeitar os investimentos que as Partes tenham efectuado, de acordo com a legislação vigente, no território da outra Parte.

Neste contexto, e reconhecendo o importante contributo de investimentos nacionais e estrangeiros para a sustentabilidade económica do país, a UE e Angola debateram formas de melhorar o clima empresarial em Angola, no sentido de reforçar a promoção de trocas comerciais e fluxos de investimento bilaterais. As Partes reconheceram que a previsibilidade e a fiabilidade do regime de investimento são cruciais para o crescimento do investimento directo nacional e estrangeiro.

Ambas as Partes reconheceram o valor da cooperação para o desenvolvimento em curso e manifestaram satisfação com a assinatura do Programa Indicativo Nacional, que ocorreu a 26 de Outubro de 2015, à margem da Reunião Ministerial entre a UE e a SADC. De acordo com as prioridades nacionais, a UE apoiará as áreas estratégicas de Ensino e Formação Técnico-Profissional e do Ensino Superior, Agricultura Sustentável, Água e Saneamento Básico e medidas em prol da Sociedade Civil. Os 210 milhões de euros alocados contribuirão para combater a pobreza, reduzir as desigualdades e melhorar as capacidades das instituições angolanas.

Além disso, como uma medida para facilitar o envolvimento mais eficaz do Banco Europeu de Investimento (**BEI**) no co-financiamento de projectos de infraestruturas elegíveis, o Governo comprometeu-se a acelerar o processo de avaliação de operações de investimento, tanto privados como públicos, em curso ou futuras, que envolvam o banco.

Um seminário será organizado com o BEI e serviços da Comissão Europeia no 1.º trimestre de 2016, em Luanda, para apresentar as suas actividades e instrumentos, bem como para conhecer projectos angolanos.

ENERGIA

Tendo concordado sobre a importância do sector da energia para o desenvolvimento geral das sociedades, as duas Partes decidiram explorar formas de cooperação na implementação da Política e Estratégia de Segurança Energética, nomeadamente, electrificação das zonas rurais, eficiência energética e regulamentação.

Com o objectivo de facilitar a integração regional e o comércio de electricidade, ambas as partes reconheceram a importância de redes de transporte de energia eléctrica eficientes e a UE confirmou a sua disponibilidade para prestar apoio nessas áreas.

As Partes confirmaram o interesse no diálogo conjunto no âmbito da energia sustentável para todos e entre o Ministério da Energia e Águas (MINEA) e o BEI para o financiamento do programa de investimento do Sector Eléctrico Angolano.

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

Reconhecendo que a investigação e a inovação são factores essenciais de competitividade para a transformação socioeconómica, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, as Partes comprometem-se a explorar formas de aprofundar a cooperação nesta área. A este respeito, explorar-se-á o potencial do «Horizonte 2020», o Programa Europeu de Investigação e Inovação. A UE toma nota de que o Ministério da Ciência e Tecnologia está a melhorar a sua rede de pontos de contacto nacionais (PCN) e que se prevê realizar uma sessão de informação sobre o «Horizonte 2020» em Luanda, em 2016, para uma maior sensibilização sobre o programa e apoio em matéria de orientações práticas para a preparação de candidaturas. Além disso, serão promovidos programas de mobilidade de estudantes e de investigadores e o estabelecimento de parcerias, redes e actividades conjuntas entre as equipas de investigação e instituições.

A UE e Angola congratularam-se com o acordo de colaboração no domínio da investigação científica e inovação (CRA) a ser assinado entre o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola, o INAMET e o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, destinado a reforçar a capacidade do INAMET em áreas de agrometeorologia e acompanhamento hidrológico, através de acções de formação e intercâmbio de dados e de colaboração na melhoria de modelos e produtos agrometeorológicos e hidrológicos.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Ambas as Partes desejam o alcance de avanços significativos em matéria dos acordos sobre alterações climáticas durante a Conferência de Paris sobre o Clima (COP 21). A UE congratula Angola pelo seu papel de liderança nas negociações do grupo dos Países Menos Avançados e reconhecem a importância da apresentação atempada das Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDC) antes do COP 21.

As Partes reconhecem que a adaptação representa um desafio urgente e acordaram na promoção de um desenvolvimento sustentável resiliente às mudanças climáticas e coerente com os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. As Partes declararam igualmente que se mantêm disponíveis para proceder ao intercâmbio e à discussão sobre aspectos de mitigação, tendo por base propostas concretas sobre os interesses do Governo de Angola. Neste contexto, a UE reafirmou a sua disponibilidade para, se necessário, prestar assistência técnica.

As Partes declararam a sua vontade em intensificar a colaboração a nível de políticas e no intercâmbio de experiências e cooperação técnica nos domínios do controlo das emissões e mercados do carbono, bem como na gestão sustentável de florestas e na aplicação da legislação conexa.

Em matéria de gestão de catástrofes, Angola propôs o estabelecimento de um diálogo bilateral que conduza não só à identificação de possíveis actividades de reforço de

capacidades, mas também à troca de informações importantes na área da prevenção e mitigação do impacto das alterações climáticas.

ACOMPANHAMENTO

A fim de promover as melhores práticas e consolidar os objectivos do Caminho Conjunto, a UE congratula a intenção de Angola apresentar um projecto de Plano de Acção para orientar a implementação do Caminho Conjunto. A UE disponibiliza-se para analisar e debater o Plano de Acção e acordar as prioridades e a programação de acções conexas.

Um mecanismo de diálogo para o acompanhamento adequado deverá complementar o processo, com o objectivo de organizar, durante o primeiro semestre de 2016, o primeiro diálogo a nível técnico sobre os domínios acordados por Angola e a UE. Além disso, estes diálogos devem ser apoiados a nível político por ambas as Partes.

Angola e a UE concordaram que a próxima Reunião Ministerial terá lugar no segundo semestre de 2016, em Bruxelas

Luanda, 19 de Novembro de 2015